

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

21
Mar
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

Pleno do TJ-ES julga inconstitucional lei que prevê desconto a bariátricos

Associação Nacional de Restaurantes entrou contra lei municipal de Vitória. Segundo relator, não cabe ao município legislar sobre o fato.

Um hospital e mais duas médicas foram condenados a pagar indenização de R\$ 250 mil após a morte de uma criança em Vitória. Os pais da criança alegam que houve negligência da unidade e das profissionais. O valor da reparação é referente aos danos morais sofridos pelos pais do bebê. De acordo com os autos, o falecimento do menor teria sido ocasionado por conta de negligência no atendimento realizado nas dependências da instituição. A decisão é do juiz da 10ª Vara Cível do Fórum da capital, Marcelo Pimentel.

As informações do processo apontam que, em julho de 2012, os pais levaram o filho, de apenas um ano e onze meses de idade, para uma consulta no hospital, já que a criança estava febril. Ao ser atendido por uma profissional, o menor foi diagnosticado com amigdalite aguda não especificada, sendo encaminhado, em seguida, para internação, sob a orientação de passar por nebulização associada com medicação antialérgica e antitérmica.

Segundo as alegações dos pais da criança, em apenas uma hora de internação, o quadro de saúde piorou consideravelmente, o que ficou comprovado no prontuário médico referente ao dia dos fatos.

Ainda na mesma noite, o menino, por causa do avanço da febre e da falta de ar, não conseguiu dormir. Ao pedir ajuda ao profissional responsável por acompanhar o estado do menor, a mãe foi informada de que se tratava de uma situação normal, que não precisava se preocupar, informação que também consta no prontuário, de acordo com os autos.

Durante todo o período em que esteve internada, cerca de dois dias, a criança não apresentou qualquer sinal de melhora no quadro clínico, principalmente em relação à diminuição da febre. Outro fator que influenciou na complicação da saúde do bebê foi a incapacidade de se alimentar, fato confirmado por uma enfermeira que acompanhou o caso.

Em apenas 24 horas após a chegada à unidade hospitalar, o quadro de saúde da criança já tinha evoluído para gravíssimo, motivo pelo qual ela foi transferida para a Unidade de Terapia Intensiva(UTI) do hospital, onde faleceu dois dias depois.

Em manifestação durante a fase de instrução dos autos, quando as partes são ouvidas, o hospital alegou que as profissionais não tinham responsabilidade sobre a morte da criança, não sendo, neste caso, capazes de responder pelos danos morais sofridos pelos pais do bebê.

No entanto, o magistrado entendeu que a conduta das requeridas contribuiu, sim, de alguma forma, para a morte do menor, pois não foram realizados procedimentos que evitariam o desfecho trágico para a família da criança.

Pleno do TJ-ES julga inconstitucional lei que prevê desconto a bariátricos

Associação Nacional de Restaurantes entrou contra lei municipal de Vitória. Segundo relator, não cabe ao município legislar sobre o fato.

O Pleno do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) julgou, na tarde da última quinta-feira (16), inconstitucional a Lei nº 8964/2016 do município de Vitória, que dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão de desconto e/ou meia porção para pessoas que fizeram cirurgia bariátrica ou qualquer outra gastroplastia.

A decisão foi dada durante a análise de três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), em virtude de leis promulgadas por Câmaras Municipais que, supostamente, desrespeitam as Constituições Federal e Estadual.

A ADI foi proposta pela Associação Nacional de Restaurantes e o relator do processo, desembargador Carlos Simões Fonseca, entendeu que não cabe ao município legislar sobre o fato, deferindo o pedido da Associação e julgando inconstitucional a lei, sendo acompanhado por todos os magistrados presentes.

Justiça do ES obtém conversas sobre organização de nova greve da PM

Operação cumpre 4 mandados de prisão e 23 de busca e apreensão. Operação quer chegar a envolvidos na paralisação da PM no estado.

Uma nova greve, com fechamento dos batalhões e unidades da Polícia Militar no Espírito Santo, estava sendo organizada, segundo as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual (MP-ES).

Uma operação, iniciada nesta manhã (20), cumpre 4 mandados de prisão, 23 de busca e apreensão, e 17 notificações para depor a envolvidos na paralisação da PM no estado.

Na decisão, a juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Sousa de Oliveira, cita o “risco iminente da retomada de ações atentatórias ao serviço de segurança pública no Estado do Espírito Santo”. A ação, de acordo com o pedido do MP-ES, quer reunir provas para o processo criminal que visa identificar e punir os responsáveis pela paralisação da Polícia Militar.

Ainda segundo o órgão ministerial, os relatórios de transcrição das conversas entre membros da organização, juntados à petição protocolada na 4ª Vara Criminal, seriam a chave para descobrir de que maneira a suposta organização funciona.

Conversas

Em um trecho das conversas interceptadas, uma das pessoas investigadas, em uma ligação datada da última quinta-feira (16), diz já ter passado nos batalhões. Ela alega que os policiais estariam de acordo em fechar as unidades. De acordo com o MP-ES, a pessoa que dizia já ter acertado tudo com a polícia seria a líder dos movimentos.

A mesma pessoa também alegou que precisaria de mais mulheres nas ações de obstrução das unidades policiais. Ainda de acordo com o processo, uma reunião aconteceria na casa da investigada, para acertar acerca da atuação do grupo.

Já em outra parte da conversa, a líder do movimento assumiu que, durante protesto realizado na última quinta-feira (16), a atuação do grupo teria atrapalhado o trânsito no entorno da Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória.

Operação

A operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) começou na manhã desta segunda-feira (20). Os mandados foram expedidos pela 4ª Vara Criminal de Vitória.

Os alvos da operação são policiais militares, familiares de policiais e representantes das associações de classe.

Justiça do ES obtém conversas sobre organização de nova greve da PM

Operação cumpre 4 mandados de prisão e 23 de busca e apreensão. Operação quer chegar a envolvidos na paralisação da PM no estado.

Segundo o MP-ES, o Gaeco investiga “os integrantes de uma organização criminosa que, sob pretexto de reivindicar aumento salarial e outros benefícios aos policiais militares, valem-se de atentados contra serviços de utilidade pública, apologia a fatos criminosos, motim/revolta, ameaças a autoridades, dentre outros crimes”, afirmou o órgão.

Ainda de acordo com o Ministério Público, a operação não dificulta as negociações entre a categoria dos policiais militares com estado.

O órgão informou que outras informações sobre a operação serão divulgadas ao longo do dia. A paralisação dos policiais militares durou 21 dias. Durante o período, os acessos do quartel, batalhões e unidades da PM foram bloqueados, impedindo a saída das viaturas.

Paralisação da PM

A paralisação dos policiais militares durou 21 dias. Durante o período, os acessos do quartel, batalhões e unidades da PM foram bloqueados, impedindo a saída das viaturas.

Sem policiamento nas ruas, as cidades capixabas viveram o caos, com o registro de diversos tipos de crimes. Só assassinatos foram totalizados 200 casos.

Investigações

Mais de 100 dos 270 promotores do MP-ES começaram a atuar na força-tarefa criada para apurar crimes que ocorreram durante o período de 21 dias da paralisação da Polícia Militar.

A primeira reunião foi realizada no dia 13 de março e a previsão era de que os primeiros resultados fossem divulgados em 30 dias.

De acordo com o promotor do MP-ES Pedro Ivo de Souza, coordenador da força-tarefa, serão cinco linhas de investigação: homicídios, ônibus queimados, latrocínio, crimes militares e análise da responsabilidade dos atos praticados pelas mulheres no movimento.

ESPECIAL SEGURANÇA

QUATRO PRESOS POR ARMAR NOVA GREVE DA PM

Grupo pretendia fechar os batalhões e os acessos a Vitória

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redegazeta.com.br

A ameaça de uma nova greve dos policiais militares resultou na prisão preventiva de quatro pessoas – incluindo um PM da ativa – na manhã de ontem. Eles são acusados de liderarem um movimento que fecharia, novamente, as portas dos batalhões e as unidades da Polícia Militar. E desta vez pretendiam ainda isolar os acessos a Vitória, com o fechamento da Segunda e da Terceira Ponte.

Além disso, a operação “Protocolo Fantasma” cumpriu 23 mandados de busca e apreensão e 17 notificações para depoimento, tendo como alvos policiais militares, familiares de policiais e representantes das associações militares. A autorização foi concedida pela 4ª Vara Criminal de Vitória.

ACUSAÇÕES

Os detidos foram acusados pela suposta prática dos delitos de associação criminosa, atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, apologia de fato criminoso, motim/revolta, ameaças a autoridades, dentre outros crimes.

As investigações estão sendo conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPES). E foram eles que fizeram os pedidos de prisão, pautados não só nas ameaças de nova greve, detectadas a partir de interceptações telefônicas, mas também diante de outras intenções declaradas pelo grupos nas conversas telefônicas.

Trata-se da intenção de desaparecer com as evidências que poderia incriminá-los, tendo como exemplo os diálogos em



Movimentação em frente ao Gaeco após operação para desmobilizar nova greve da Polícia Militar

BERNARDO COUTINHO

DESABAFO

“Nesse período negro (greve), a sociedade capixaba ficou abandonada à própria sorte, com seus cidadãos trancafiados em suas residências”

GISELE SOUZA DE OLIVEIRA JUÍZA

MORTES

200

assassinatos

Foram registrados durante os 22 dias de greve dos policiais militares.

Ela assinala ainda que, “nesse período negro, a sociedade capixaba ficou abandonada à própria sorte, com seus cidadãos impedidos, pela onda de violência, de exercer o direito constitucional de ir e vir. Tratou-se de situação até então nunca experimentada, naquela dimensão, pela sociedade capixaba”.

PROVAS

A assessoria de imprensa do MPES informou que a ação teve como principal objetivo a produção de provas para o processo criminal, que visa identificar e punir os responsáveis pela fomentação dos movimentos que têm impedido a PM de atuar no Estado de forma regular.

Destacou ainda que a divulgação dos detalhes do processo, incluindo as interceptações telefônicas, foi possível porque a juíza suspendeu o segredo de Justiça que havia sido imposto ao processo.

AS ACUSAÇÕES

Crimes

▼ Atuação em grupo

Uma das acusações é de delitos de associação criminosa, previsto no artigo 288 do Código Penal.

▼ Falta de segurança

Outro é o atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública, que está no artigo 265 do Código Penal.

▼ Instigar o movimento grevista

Apologia de fato criminoso, que está no

artigo 287, do Código Penal, e no artigo 156, do Código Penal Militar.

▼ Greve

Crime de motim/revolta, praticado por militares, previsto no artigo 149 do Código Penal Militar.

▼ Ameaças

E ainda por ameaças a autoridades, como foi o caso das que foram feitas ao secretário de segurança, André Garcia, previstas no artigo 147, do Código Penal.

Fonte: MPES

que posteriormente contou com a adesão dos próprios militares, ocorreu entre os dias 4 e 25 de fevereiro e deixou as cidades capixabas sem policiamento.

Fato destacado pela juíza que assinou a decisão, Gisele Souza de Oliveira, sobre as consequências “nefastas do movimento paredista da Polícia Militar em nosso Estado, culminando com duas centenas de mortes, uma onda de saques e furtos a estabelecimentos comerciais, suspensão de aulas, da atividade comercial, do transporte público e até das atividades do próprio Poder Judiciário”.

ESPECIAL SEGURANÇA

OS ACUSADOS



FOTOS: BERNARDO COUTINHO

Ângela Souza Santos, esposa do PM Wellington, e Walter Matias, apontados como liderança. Cláudia Bispo, braço direito dos dois, e Leonardo Fernandes, que é PM

ÂNGELA SOUZA SANTOS

▼ Liderança

É casada com o cabo Wellington dos Santos Alvarenga. Segundo as investigações, era uma das principais vozes ativas e de liderança do movimento grevista. E já preparava o bloqueio dos batalhões e unidades da PM, além dos acessos à Vitória, após a saída das tropas federais. Chegou a orientar os familiares a se prepararem para a nova greve, estocando comida. Já organizava

até os plantões das mulheres durante a nova greve. Foi ela ainda que articulou as principais reuniões das mulheres, até em sua casa, contando com o apoio dos outros investigados, também presos ontem.

WALTER MATIAS LOPES

▼ Liderança

As investigações apontam que ele, que é ex-PM, apoiou o movimento paredista, com auxílio material e articulação interna para coordenar e incentivar as ações

criminosas, figurando, ao lado de Ângela, como uma das principais lideranças do movimento. Além de incitar o movimento pelas redes sociais, inclusive com ameaças ao secretário de Segurança, André Garcia, foi o responsável pela segurança das mulheres na porta dos batalhões. Matias é casado com uma assessora do deputado federal Carlos Manato, Izabela Renata Andrade Costa. O parlamentar e o Capitão Assunção são aliados no Estado do

deputado federal Jair Bolsonaro e participam da chamada bancada da bala, que defende o fim da Lei do Desarmamento. Eles foram citados em uma matéria do jornal O Estado de São Paulo, que aponta o cunho político da greve. Logo após a divulgação desta matéria, Manato anunciou que mandaria exonerar Izabela.

CLÁUDIA GONÇALVES BISPO

▼ Articulação

Mãe do soldado Bispo, agiu na articulação do

movimento pelo Estado, incitando e organizando a retomada das ações para o bloqueio de batalhões do interior. Sua ação objetiva, apontam as investigações, era obter capital político. É membro do PSDB Mulher.

LEONARDO FERNANDES NASCIMENTO

▼ Segurança

É um policial militar da ativa, mesmo assim foi incluído no grupo dos detidos ontem por sua

participação ativa na organização da nova greve. Segundo a investigação, ele realizava a segurança das reuniões do movimento de mulheres e familiares. E, para isto, utilizava viatura da corporação e faziam as ações fardado e no horário de trabalho. Abordou até uma viatura descaracterizada da Corregedoria da Polícia Militar que vigiava um local de reunião.

ENCONTRO DE LÍDERES TINHA ESCOLTA MILITAR

Policial da ativa participava das articulações de movimento

4 VILMARA FERNANDES
vfernandes@redegazeta.com.br

As quatro pessoas detidas na manhã de ontem, dentre elas um militar da ativa, são apontadas como as principais lideranças do grupo que se preparava para, novamente, fechar a entrada dos batalhões e impedir o regular policiamento das cidades. Eles promoviam reuniões que contavam até com escolta de um militar que era parte do grupo.

Foram presos Ângela Souza Santos, Cláudia Gonçalves Bispo, o policial militar da ativa Leonardo Fernandes Nascimento, e o ex-PM Walter Matias Lopes. No final do dia todos foram conduzidos para o Presídio Militar, no Quartel da PM, em Maruípe, Vitória.

As investigações realizadas pelo Grupo de Atuação Especial de combate às Or-

ganizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público Estadual (MPE), apontam "a existência de uma articulação concreta para a prática de novos atos atentatórios à segurança pública".

Até agora as interceptações telefônicas, constantes no processo, mostram não só a existência das articulações que estavam sendo realizadas, mas o papel de liderança assumido por cada um deles.

Ângela, por exemplo, é casada com um militar, o cabo Wellington dos Santos Alvarenga. Além de organizar reuniões até em sua casa, relatada, nas conversas com outras lideranças também detidas, o que estava sendo programado, como as negociações estavam sendo feitas no interior, pedia a participação de um maior número de mulheres e até indica as pes-



CARLOS ALBERTO SILVA

Ângela e Cláudia ontem após serem detidas

soas que deveriam ser mobilizadas no movimento.

Walter Matias era seu parceiro. Na greve anterior, que se encerrou no dia 25 de fevereiro, ele financiou a presença das mu-

lheres em frente à unidades da PM. Cláudia era o braço direito dos dois, articulando contatos com outros membros do grupo, inclusive no interior. Já Leonardo garantia,

ARRUAÇA

"Confiscaram tudo, até os celulares dos meus filhos pequenos. Fizeram uma arruaça, como se estivessem entrado na casa de bandidos, não de uma cidadã"

ÂNGELA SOUZA SANTOS ACUSADA

mesmo nos dias em que deveria estar trabalhando - é militar da ativa -, a segurança das reuniões do grupo. E ia fardado e com viatura da corporação.

RESPOSTA

O advogado Jodemir Silva, defensor de Matias, não quis se manifestar, alegando que as informações

estavam sob sigilo. Não foi localizado o advogado do Leonardo. Cláudia, já detida, informou que "estava lutando pelos direitos dos nossos maridos e da família de cada um de vocês também", disse.

Ângela, que chegou a fazer um vídeo de sua prisão na manhã de ontem, "se sentiu como bandida". "Confiscaram tudo, até os celulares dos meus filhos pequenos. Tudo que eles pudessem levar, fizeram uma arruaça, como se estivessem entrado na casa de bandidos, não de uma cidadã", relatou.

Ela, considerada a principal articuladora da nova greve, relatou que tudo "é uma jogada política". "Se nós somos cidadãs e estamos refém, o que vai acontecer com a sociedade? continuar refém dessa política mediocre, tirana", disse.

ESPECIAL SEGURANÇA

MOVIMENTO PLANEJAVA FECHAR A 3ª PONTE

Em áudios, mulheres falam até em paralisar ônibus

▲ VICTOR MUNIZ
vmelo@redegazeta.com.br

Fechar batalhões, companhias e até mesmo os acessos à Capital, casos da Segunda e Terceira Ponte. Esses eram alguns pontos do plano articulado entre os organizadores do movimento dos familiares de policiais militares, que poderiam ser executados nos próximos dias.

Gravações telefônicas do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público Estadual, revelam o que conversavam os "cabeças" do movimento.

Inicialmente, quatro pessoas, tidas como principais articuladoras do grupo, tiveram a prisão preventiva decretada. Mas as conversas para traçar estratégias do movimento ficaram concentradas entre a mulher do cabo da PM Wellington, Ângela Souza Santos, e a mãe do soldado Bispo, Cláudia Gonçalves Bispo.

O pedido de prisão preventiva foi feito pela juíza Gisele Souza de Oliveira. Na decisão ela transcreve os áudios, que mostram os objetivos do movimento.

Em um dos áudios, Ângela, que aparece como a articuladora mais ativa, combina com outras manifestantes diversas assembleias e afirma que, assim que o Exército fosse



Manifestantes protestaram em frente ao quartel da polícia na Avenida Maruípe durante a greve, em fevereiro

GUILHERME FERRARI - 07/02/2017

embora, a greve voltaria. "A gente só está esperando o Exército sair. Aí você vai ver o bicho pegar de novo", afirma a mulher de PM à irmã.

No dia 8 de março, em conversa com outra integrante do movimento, Ângela ainda articula o fechamento das pontes e diz que o motivo seria a recusa do governador Paulo Har-

tung em negociar.

Em outro trecho de gravação, a mulher do cabo Wellington, por telefone, diz que as pessoas deveriam começar a estocar comida, pois assim que as forças armadas saíssem, o caos retornaria.

"Eu falei para começar a guardar comida de novo porque o bicho vai pegar. Você vai ver quando o

Exército for embora. A vagabundagem descobriu que a polícia num tá fazendo nada", afirma Ângela.

Cláudia Bispo também participa das articulações com frequência. Ela e Ângela chegaram a planejar o fechamento de garagens de ônibus, mas desistiram da ideia.

"Nós vamos bolar o que vai ser. Se vai ser a porta de

uma garagem, a população vai ficar contra nós e vamos acabar tomando pau do BME", diz Ângela a Cláudia

Caso retornasse, o movimento teria, inclusive, um regime de escalas pré-estabelecido pelas organizadoras. As investigações continuam e mais pessoas podem ser presas nos próximos dias.

NA DECISÃO

TRECHOS

▼ A decisão da juíza traz diversos trechos de escutas de conversas dos acusados.

ÂNGELA SOUZA SANTOS

▼ Mulher de policial militar. Acusada de ser uma das líderes do movimento.

"Começa a guardar comida que o bicho vai pegar de novo"

"Você vai ver quando o Exército for embora"

"Vai ter surto de novo e Vitória vai ficar de cabeça para baixo"

"Ainda não fui presa. O bicho vai pegar. É cada um por si e Deus por todos nós"

"A gente tem que fazer fechado. Tudo combinado. As companhias da Ilha de Monte Belo, Praia do Canto, Jardim Camburi e essa de Santo Antônio. Fechou, acabou, 'biu'"

WALTER MATIAS LOPES

▼ Ex-soldado da PM. Acusado de ser um dos líderes do movimento.

"Quem saiu perdendo nisso tudo aí foi a população né. Porque... A polícia tá na rua, mas não está trabalhando"

CLÁUDIA GONÇALVES BISPO

▼ Mãe de um soldado da PM. Acusada de ajudar na articulação do movimento.

"Não adianta ir 20 mulheres não. Poxa, a gente estava vendo a filmagem aqui e foi muito pouquinho"

"Articula aí. Articula aí, então, que eu vou falar com o interior agora"

"Eu sou a favor de fechar o primeiro (batalhão), que é menos violento"

"Alegre tá querendo fechar lá. Já falaram comigo"

"Faremos reunião às 20h pra gente se alinhar e ver possíveis estratégias. Temos que fazer esse alinhamento"

ESCUA TELEFÔNICA EXPÕE PLANOS ATÉ DE FECHAR GARAGENS DE ÔNIBUS

Ângela: A assembleia tá no "Face", vai ser 16h lá em casa de novo.

Claudia: Tá.

Ângela: Nós vamos traçar outra meta e a meta tem que ser essa, Claudia. Não tem outra, não tem outra. Nós vamos bolar o que vai ser. Se for a porta de uma garagem, a

população vai ficar contra nós, então nós temos que ir lá pro nosso coraçãozinho de novo. Tá me entendendo? Se a gente for pra porta de garagem, vamos tomar pau do BME (risos).

Claudia: É, BME eu não vou não.

Ângela: Pois é, mona, se a

gente for fechar porta de garagem, nós vamos tomar é pau, pois nem todo motorista vai aderir, tá me entendendo?

Claudia: Mas vem cá, a ideia é ir fechar?

Ângela: Pois é, se não tiver segurança, motorista não trabalha, Claudia.

Claudia: Mas tava querendo fechar porta de garagem?

Ângela: É. Mas eu falei que essa ideia aí não presta não.

Ângela: Isso que o José tá falando, nós temos que fechar sindicato. Não tem segurança, eles estão vendo que não tem, então o sindicato tem que ajudar no mesmo dia que for

parar todo mundo. Para um pouco (a circulação de ônibus) dá uma paralisada de duas horas e vira um inferno essa cidade.

Claudia: Vira mesmo.

Ângela: Saiu caos total.

ESPECIAL SEGURANÇA

PRESO TINHA OBJETIVO DE SER DEPUTADO ESTADUAL

Ex-policial Walter Matias Lopes queria entrar para a política

▲ NATALIA DEVENS
ncosta@redgazeta.com.br

Acusado de ser uma das principais lideranças do movimento de greve da Polícia Militar, ocorrido no mês passado, o ex-policial Walter Matias Lopes, um dos presos na Operação Protocolo Fantasma, também atuou na articulação e coordenação da paralisação buscando ganhar capital político para se candidatar a deputado estadual nas próximas eleições.

Isso fica demonstrado em diversas conversas dele em ligações interceptadas pela polícia e que fundamentam a decisão judicial que determina sua prisão preventiva. Ele também menciona muitas vezes o crescimento político da candidatura de Capitão Assunção a deputado federal. O militar está preso desde o dia 28, acusado de incitar o movimento.

Matias, que também é presidente da Associação dos Beneficiários da Polícia e Bombeiros do Estado do Espírito Santo (Aspobom), falou sobre o assunto em

uma conversa com um homem não identificado.

“Querem me lançar como deputado estadual. (...) Tá toda polícia do Estado pedindo para eu vir a deputado estadual e o Capitão Assunção a deputado federal”, afirmou.

Em uma conversa com Ângela Santos, uma das acusadas, eles falam sobre benefícios políticos por mais pessoas quererem se associar à Aspobom.

“Tem que começar a ver isso enquanto a panela está fervendo, sei articular muito bem isso”, disse ela. “Estão me ligando e falando que eu venha como candidato a deputado estadual”, respondeu o ex-PM.

Em outro diálogo, com um sargento da PM, ambos citam que o Capitão Assunção está em alta nos grupos deles, e muito pedem que ele venha, no mínimo, como candidato a prefeito.

LIGAÇÕES

Além de mencionar o



CARLOS ALBERTO SILVA

Ex-policial Walter Matias Lopes foi preso acusado de ser liderança de greve

incentivo à política, Matias e as acusadas Ângela Santos e Cláudia Bispo também citam parlamentares capixabas em suas conversas.

Enquanto conversava com um homem no dia 27 de fevereiro, Matias nega

que a esposa, Izabela, tinha sido exonerada do gabinete do deputado federal Carlos Manato (SDD). Ela foi citada no relatório da Polícia Federal por ter incentivado a manifestação, e, assim que o fato foi tornado público, o depu-

tado afirmou que o faria.

“Foi só para dar ibope, pois ele tinha que falar alguma coisa. Isso foi coisa de Amaro Neto, já tinha avisado sobre isso há mais de uma semana para Manato. Discuti com Amaro por causa de postagens em re-

des sociais”, disse o ex-PM.

Sobre as afirmações, o deputado Manato reafirmou que a exoneração de Izabela foi de fato realizada dois dias depois da ligação telefônica. O parlamentar contou ainda que Matias acusava Amaro de ser o responsável pela demissão da mulher.

“Matias e Izabela já trabalharam para mim, mas entraram no movimento por conta deles. Exonerei ela por quebra de confiança. Nunca falei em estimular greve”, disse. O deputado Amaro Neto (SDD) não atendeu as ligações.

Já em uma conversa com Ângela, Cláudia diz ter viajado com o deputado Theodorico Ferraço (DEM), o prefeito de Cachoeira e a deputada federal “Morma Baier”. “Estava todo mundo a favor do movimento, não era para a comissão ter entregue e mandado abrir os portões”, disse no telefonema.

Os políticos citados foram procurados, mas também não foram localizados.

TRECHOS DOS DIÁLOGOS

“Estavam todos a favor do movimento. Não era para terem mandado abrir os portões”

CLÁUDIA BISPO MÃE DE PM, acusada de articular o movimento



“Querem me lançar. Toda polícia do Estado está pedindo para eu vir candidato a deputado estadual, e o Capitão Assunção, a deputado federal”

WALTER MATIAS
EX-POLICIAL MILITAR

“As pessoas querem se associar à Associação do Matias. Tem que começar a ver isso, sei articular. Se você se lançar a qualquer cargo, vai conseguir se eleger”

ÂNGELA SANTOS
ESPOSA DE PM

“Nos grupos o Capitão Assunção está em alta e já cogitam candidatá-lo como deputado federal. Pedem que venha, no mínimo, como prefeito”

WALTER MATIAS
EX-POLICIAL MILITAR

Prisões repercutem na Assembleia

As prisões de policiais militares e familiares que teriam envolvimento com a paralisação da PM também pautou os discursos dos deputados estaduais durante a sessão ordinária da Assembleia Legislativa ontem.

Sergio Majeski (PSDB) e Da Vitória (PDT) questionaram a maneira co-

mo os mandados de busca e apreensão foram conduzidos. Segundo eles, nesse caso, a lei manda que as ordens sejam cumpridas por policiais civis e oficiais de justiça, em vez de policiais militares, como foi feito.

“O governo está numa empreitada de criar bodes expiatórios para tirar sua

culpa disso”, avaliou o tucano. Ele também associou a crise que o Estado passou na segurança pública com a dificuldade que o Executivo possui em negociar com as diversas categorias de servidores públicos estaduais.

Da Vitória revelou ainda ter recebido de “perseguições” de policiais. “Ainda

continuam sequelas em relação ao fato acontecido no Espírito Santo”, ponderou. O deputado Enivaldo dos Anjos (PSD) reforçou o coro dos colegas e classificou como exagero a prisão de familiares. “Se a pessoa tem residência fixa, não ameaça a sociedade, para quê prender?”, perguntou.



GUILHERME FERRARI - 08/02/2017

Assembleia foi palco de discursos sobre operação

ESPECIAL SEGURANÇA

QUATRO PMs PRESOS NO QUARTEL DE MARUÍPE



Quartel de Maruípe, para onde os primeiros militares detidos foram levados

Acusados de estimular os grevistas foram os primeiros detidos

▲ VILMARA FERNANDES
vfernandes@redgazeta.com.br

Uma outra investigação, conduzida pela Promotoria junto à Justiça Militar, em parceria com a Corregedoria da PM, resultou na prisão de outros quatro militares, assim que a greve terminou. Eles são acusados de incitar o movimento grevista e de aliciamento de outros policiais, com a divulgação de áudios e vídeos em redes sociais.

Foram presos o tenente-coronel Carlos Alberto Foresti; o ex-deputado federal e militar da reserva, Lucínio Castelo de Assunção, o Capitão Assunção; o soldado Maxson Luiz da Conceição e o sargento Aurélio Robson Fonseca da Silva, mais conhecido como



O soldado Maxson, o sargento Robinho, o Capitão Assunção e o tenente-coronel Foresti foram detidos

Sargento Robson. Os dois são presidente e vice-presidente da Associação Geral dos Militares do Estado do Espírito Santo (Agem).

O documento da Corregedoria da PM, que respaldou os pedidos de prisão feitos pela Promotoria, destaca que o grupo conta com “forte participação e in-

fluência do Capitão Assunção e do soldado Maxson Luiz da Conceição”.

O mesmo documento faz ainda menção ao ex-PM, Walter Matias Lopes, cujo nome também aparece em uma investigação que vem sendo feita pela Polícia Federal, pelas ligações dele com o depu-



tado federal Bolsonaro.

Assunção, Maxson e Matias, relata a Corregedoria, atuaram na “articulação, coordenação, manipulação, promoção, incentivo e divulgação das atividades do referido Movimento das Mulheres e dos militares aquartelados”.

A investigação se ba-



FOTOS: ARQUIVO

seu nas declarações feitas por eles em vídeos e áudios divulgados nas redes sociais. Neles, destaca o texto, “é possível verificar sempre uma postura proativa por parte daqueles acima citados, no sentido de incentivar, buscar articular, promover e até defender o movimento”.

Assunção é acusado de subir em carros de som para discursar, postar vídeos defendendo a greve, percorrer batalhões do interior articulando o movimento. É descrito ainda que, em suas ações, há até “índícios de intimidação contra militares do Exército”.

Maxson é presidente da Associação Geral dos Militares (Agem). Os advogados desta instituição – também identificados em fotos – estavam “orientando o movimento das mulheres”.

O sargento Robinho, vice-presidente da Agem, foi as redes sociais pedir segurança para as mulheres que faziam bloqueio das unidades da PM. Foresti também teria atuado nas redes sociais.

Indenização para cidadão que teve prejuízo

▲ As pessoas que sofreram prejuízos em decorrência da falta policiamento nas ruas, durante a greve dos policiais militares, poderão vir a ser indenizadas.

Nos 22 dias do movimento grevista, ocorreram saques ao comércio, assaltos, furtos, roubos de veículos, sem contar os que perderam consulta médicas, voos, ou outros problemas decorrentes da falta de segurança. O caos tomou conta das ruas e foi necessário a vinda de tropas federais para realizar o patrulhamento das cidades. Estes tipos de perdas



Loja arrombada durante a paralisação dos policiais

vão ser alvos de uma nova investigação do Ministério Público Estadual, aberta pela 26ª Promotoria Cível de Vitória na última se-

mana. O inquérito vai apurar os danos e os prejuízos causados não só à imagem do Estado, mas também à população.

A indenização para esses prejuízos ocorrerá mediante comprovação de boletins de ocorrência dos fatos que o afetaram e de notas fiscais dos gastos, por exemplo, com consertos de lojas danificadas. Algo que ocorre no final do processo, após decisão da Justiça.

Segundo o documento de abertura do inquérito, a investigação visa identificar quem são os responsáveis pelo movimento, quem dele participou, efetivamente, ou até colaborou ou incitou, inclusive pelas redes sociais, sejam militares, civis ou políticos.

NÚMEROS DA GREVE DA PM

GREVE

▼ **Policiais**

Foram 22 dias de movimento grevista que deixou as cidades capixabas sem policiamento.

▼ **PUNIÇÃO**

▼ **Militares**

Mais de 2.500 PMs estão sendo alvo de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) por crimes de motim e revolta, que podem resultar em prisões de até 20 anos.

▼ **PROCESSOS**

▼ **Administrativos**

Em torno de 270 militares respondem a Processos

Administrativos Disciplinares (PADs) e ao conselho de disciplina. Nos dois casos também podem ser demitidos.

DEMISSÃO

▼ **Oficiais**

A PM também deu início ao processo de demissão, convocando o Conselho de Justificação, para dois tenentes-coronéis acusados de incitar o movimento grevista. Trata-se de Carlos Alberto Foresti, que foi preso, e o ex-comandante do Policiamento Ostensivo da Região Sul, Alexandre Quintino Moreira.

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Presos por planejarem nova greve da polícia

Justiça mandou prender quatro pessoas após escutas telefônicas evidenciarem nova paralisação da PM no Estado

ÂNGELA SOUZA foi presa e apontada pelo Ministério Público como uma das líderes das ações

OS PRESOS



Ângela Souza Santos

É mulher de um cabo da PM (que não foi preso). Está sendo acusada de participar ativamente do movimento, em papel de liderança, promovendo diversas reuniões no intuito de provocar nova instabilidade no Estado em razão da falta de segurança pública.



Walter Matias Lopes

É presidente da Associação dos Beneficiários da Polícia e Bombeiros do Estado e está sendo acusado de apoiar o movimento paredista, mediante auxílio material e articulação interna para coordenar e incentivar as ações criminosas, figurando, ao lado de Ângela, como a principal liderança do movimento.



Leonardo Fernandes Nascimento

É PM da ativa e está sendo acusado de ter realizado a segurança dos locais das reuniões do movimento, a bordo de viaturas e fardado, abordando, até mesmo, viatura descaracterizada da Corregedoria.



Cláudia Gonçalves Bispo

Acusada de, ao lado de Ângela, ser um dos principais nomes de liderança do movimento, agindo na articulação pelo Estado, incitando e organizando a retomada das ações referentes ao bloqueio

Por decisão da Justiça, quatro pessoas foram presas na manhã de ontem sob acusação de planejar uma nova greve de policiais militares, com fechamento de batalhões e unidades da PM.

Com o apoio da Polícia Militar, por meio da Corregedoria, e da Força Nacional de Segurança, foram presas Ângela Souza Santos, que é mulher de um cabo da polícia, e Cláudia Gonçalves Bispo, que é mãe de um militar.

Também estão presos o ex-cabo da PM Walter Matias Lopes, que é

do Estado, e o soldado da ativa Leonardo Fernandes Nascimento.

As prisões foram decretadas pela juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, que deferiu um pedido feito pelo Ministério Público do Estado, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Interceptações telefônicas, feitas com autorização da Justiça, entre mulheres e parentes dos PMs no último dia 3, evidenciam que Ângela teria a intenção de promover novo

teria dado continuidade às articulações na última quinta-feira com Matias (preso), inclusive ameaçando parar o transporte público.

Os diálogos mostram que Ângela orientava os familiares a estocarem comida, sugerindo que, após a saída das Forças Armadas do Estado, não haveria segurança pública.

Na operação, batizada de "Protocolo Fantasma", inspirada em um filme da franquia "Missão Impossível", além dos quatro mandados de prisão preventiva — que não tem prazo e pode ser mantida

23 mandados de busca e apreensão e 17 notificações para depoimento.

Todos os presos prestaram depoimento na sede do Gaeco, em Vila Velha, e foram encaminhados para o Quartel do Comando Geral da Polícia Militar (QCG), em Maruípe, Vitória, onde ficarão presos por determinação da Justiça.

Eles são acusados de integrar uma organização criminosa, sob o pretexto de reivindicar aumento de salário para os policiais e cometer atentados contra serviços de utilidade pública, além de fazer apolo-

FÁBIO NUNES/AT

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Mulher de PM fica revoltada ao ser presa

Mulher de um cabo da Polícia Militar, Ângela Souza Santos, que foi presa ontem durante operação do Ministério Público, com apoio da Polícia Militar e da Força Nacional, gravou um vídeo, compartilhado nas redes sociais, em que dizia não entender o motivo da sua prisão, demonstrando a revolta dela.

“Estão me levando agora. E eu vou, porque nós somos da família dos PMs. Perguntei para o major o porquê que estou sendo presa. Isso é ridículo. É para atingir o meu esposo”, afirmou Ângela.

Em entrevista a uma emissora de TV, ela disse que não era bandida e que a sociedade iria pagar um preço alto pela situação. Já Cláudia Gonçalves Bispo, que também foi presa na operação de ontem e que é mãe de um PM, afirmou que, com a prisão delas, a sociedade vai continuar sendo refém.

O advogado do ex-PM Walter Matias Lopes, Jodemir Silva, disse no início da tarde de ontem que o processo está sob sigilo — a juíza Gisele Souza de Oliveira

quebrou o sigilo da ação ainda na tarde de ontem — e que as investigações ainda não acabaram.

Já os advogados do soldado da PM Leonardo Fernandes Nascimento frisaram que iriam tomar as providências necessárias.

PEDIDO

A Corregedoria da Polícia Militar encaminhou para a Justiça Militar pedido de prisão em desfavor de um capitão que é investigado e alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM).

“A decisão do pedido de prisão preventiva foi encaminhada à Justiça Militar que irá avaliar a solicitação e decidir se será expedido, ou não, o mandado de prisão para o militar”, disse, em nota, a Polícia Militar. O nome do PM não será divulgado para não atrapalhar o andamento do processo.

O capitão é acusado de postagem em redes sociais (Facebook), ofensivas a superiores hierárquicos e autoridades do governo e em apoio ao movimento denominado “aquartelamento”.

ANTONIO COSME — 25/02/2017



FACHADA da Corregedoria da Polícia Militar: investigações em andamento

Polícia

CRISE NA SEGURANÇA PÚBLICA

Carro da PM para proteger mulheres

Como forma de fazer segurança e proteger as mulheres e parentes dos policiais militares, o soldado Leonardo Fernandes Nascimento, preso ontem, teria usado carro da própria Polícia Militar em locais de reuniões.

Na decisão da juíza da 4ª Vara Criminal de Vitória, Gisele Souza de Oliveira, é citado que Leonardo, a bordo de viaturas e devidamente fardado, teria abordado até mesmo carro descaracterizado da Corregedoria da Polícia Militar que rondava as imediações em local de reunião das mulheres.

Leonardo, ainda segundo a acusação, teria "estrito vínculo com a investigada Ângela Souza Santos", que foi também presa ontem.

Em um dos trechos da decisão da Justiça, é destacado que na última quinta-feira Ângela teria conversado com Cláudia Gonçalves Bispo (que também está presa), afirmando que passou nos batallhões e que os policiais estão de acordo em fechar as unidades.

Ângela teria dito que precisaria

de mais mulheres nas ações de obstrução das unidades policiais. Inclusive, uma reunião aconteceria em sua casa, na Ilha de Monte Belo, em Vitória, para acordos da atuação do grupo.

INVESTIGAÇÕES

Além de Ângela e Cláudia, outras mulheres e parentes são investigadas. Tanto é que a operação de ontem mirou principalmente familiares de policiais. Dos 24 endereços onde houve buscas, 18 eram residências de mulheres.

E o Ministério Público Estadual requereu, além das prisões e do cumprimento de mandados de busca e apreensão, a condução coercitiva de 19 investigados, principalmente mulheres e parentes dos PMs. Porém, esse pedido não foi deferido pela juíza.

A magistrada, em sua decisão, falou sobre os motivos da decretação da prisão preventiva. Em um dos trechos, ela justifica: "Verifico que, como bem salientou o requerente, a prisão preventiva também



RADIOPATRULHAS estacionadas em Vitória: suspeito teria usado carro em serviço para proteger manifestantes

se faz necessária por conveniência da instrução criminal, isso porque os diálogos travados pelos representados e demais investigados indicam, como se verá adiante, a intenção de desaparecer com qual-

quer evidência incriminatória, a exemplo dos diálogos em que os mesmos expressamente combinam de conversar pelo aplicativo WhatsApp para evitar deixar registros probatórios."

Ela lembrou ainda as consequências nefastas do movimento partidista da PM, que culminou com centenas de mortes, uma onda de saques e furtos a estabelecimentos comerciais, e outros transtornos.



DEPUTADOS haviam aprovado projeto para a saída de todos os militares da ativa de órgãos a que estariam cedidos

Projeto mantém 40 PMs em órgãos públicos

O Tribunal de Justiça e o Ministério Público terão 20 militares cada, para auxiliar em suas atribuições, segundo proposta do governo

Rodolpho Paixão

O governo do Estado encaminhou à Assembleia um Projeto de Lei Complementar (PLC) que regulamenta a cessão de policiais militares da ativa ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público Estadual.

Ao todo, 40 policiais – sendo 20 para cada órgão – poderão ser cedidos por prazo previamente determinado e “exclusivamente para atender necessidades específicas das instituições”.

A proposta rebate o último proje-

to aprovado na Assembleia pelos deputados sobre o assunto, ordenando a saída de todos os militares da ativa de órgãos a que estariam cedidos, em resposta à retirada pelo governo de cinco policiais da chamada “assessoria militar” da Assembleia, onde recebiam até R\$ 17 mil para prestar consultorias para a Casa.

Segundo a mensagem encaminhada ontem pelo governo, a intenção do novo projeto seria atender à necessidade de militares no campo de inteligência do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, sem menção à Assembleia.

“O emprego dos militares (...) auxiliará no desenvolvimento das atribuições próprias do Judiciário, bem como o Ministério Público”, diz a mensagem assinada por Paulo Hartung (PMDB) ao presidente da Assembleia, deputado Erick Musso (PMDB).

Membro da Comissão de Segu-

rança, Josias da Vitória (PDT) disse ter assinaturas suficientes para aprovar uma emenda inserindo a Assembleia ao projeto.

“Vamos também dar condições à Assembleia para fazer contratações. Pode ser que não precise hoje, mas, se precisar, pode ter a lei já autorizando”, disse o pedetista.

Líder do governo na Casa, Gildevan Fernandes (PMDB) disse não ser o momento para uma emenda como a proposta por Da Vitória. “A Mesa estaria mais credenciada a analisar isso ou não. O TJ e o MP precisam devido às atividades desenvolvidas”, disse o deputado, que pedirá urgência na tramitação do projeto.

O PLC também prevê a contratação conveniada de policiais militares da reserva, estes sem limitação e sendo remunerados pelo órgão ou instituição que os receber, caso já presente na Assembleia Legislativa.



lximenes@redgazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Luísa Torre (interina)



Nova suspeita de pirâmide no Estado

Mesmo depois de todas as denúncias que envolvem os donos da Telexfree, Carlos Costa e Carlos Wanzeler estão tentando uma nova investida no mesmo setor. Uma empresa comprada em 2013, a Voxbrás, que atua na telefonia em Castelo, teve seu plano de recuperação judicial aprovado pela Justiça para funcionar como marketing multinível.

Na mira do MPF

O Ministério Público Federal desconfia que seja uma nova pirâmide e pediu à Justiça a suspensão do plano no início do ano. A Justiça, no entanto, negou. Já tem gente divulgando nas redes. Será que mais investidores vão topar, depois de muita gente ter sido chamada por Carlos Costa de “povo burro”?

PEC DA PREVIDÊNCIA



Arthur Maia recebeu 130 emendas de parlamentares

ARQUIVO

Emenda propõe retirar magistratura de reforma

⚡ A proposta de reforma da Previdência recebeu 130 emendas de parlamentares, consideradas válidas (com o número de assinaturas exigido). Do total, 91 foram encaminhadas por partidos da base, inclusive do governo

(o PMDB). Elas sugerem alterações em vários pontos do texto enviado pelo governo, benefícios assistenciais, trabalhador rural, aposentadoria especiais, regras de transição e idade mínima.

Entre elas, chama a aten-

ção uma emenda apresentada pelo deputado Lincoln Portela (PRB-MG) para deixar de fora das mudanças carreiras da Magistratura (juizes, desembargadores e ministros) e do Ministério Público. Esses servidores

têm feito lobby no Congresso contra a Proposta de Emenda Constitucional (287), que tem como objetivo a convergência de regras entre todos os trabalhadores.

As emendas já foram encaminhadas ao relator da reforma, deputado Arthur Maia (PPS-BA), pelo presidente da comissão especial que discute o tema, deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

Médicas e hospital vão pagar 250 mil por morte de criança

Um hospital e duas médicas foram condenados a pagar indenização de R\$ 250 mil após a morte de uma criança em Vitória.

O valor é referente aos danos morais sofridos pelos pais com a morte do filho, de 1 ano e onze meses, na época do ocorrido, em julho de 2012.

De acordo com os autos, a morte

da criança teria sido ocasionada por conta de negligência no atendimento realizado no Hospital Santa Rita. Ao ser atendido por uma das profissionais citadas na ação, a criança foi diagnosticada com amigdalite aguda não especificada, sendo encaminhada, em seguida, para internação.

Em apenas 24 horas, o quadro de

saúde da criança já tinha evoluído para gravíssimo, ela foi transferida para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital, onde morreu dois dias após internação.

O Hospital Santa Rita foi procurado no início da noite de ontem por e-mail e telefone, mas não retornou o contato até o fechamento da edição.

Justiça condena os Correios em Cachoeiro

CACHOEIRO

A Justiça determinou aos Correios que voltem a entregar as correspondências nos imóveis de Cachoeiro de Itapemirim. Desde o ano passado, moradores reclamam que cartas e encomendas não chegam regularmente aos seus endereços.

A decisão judicial é resultado de uma ação movida pelo Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF-ES) contra os Correios em função das reclamações, ocorridas

após a prefeitura alterar os endereços, entre 2013 e 2015.

Ao final do trabalho, o município concedeu 180 dias para que os moradores providenciassem a alteração dos endereços junto aos remetentes.

Os Correios informaram que, após esse prazo, a entrega passou a ser no novo endereço, mas que, desde que foram notificados pelo MPF, as correspondências passaram a ser entregues, mesmo com o endereçamento errado.

ALESSANDRO DE PAULA - 14/03/2017



AGÊNCIA DOS CORREIOS DE CACHOEIRO:

Justiça
julga ação
movida pelo
Ministério
Público
Federal

Força Nacional pode ficar mais tempo no Estado

A Força Nacional pode ter sua permanência no Estado prorrogada mais uma vez. A informação foi dada pelo comandante da Operação Piratininga no Estado, coronel Pereira. A permanência dela vai até a próxima segunda-feira, segundo portaria ministerial.

“Existe a possibilidade da nossa permanência aqui ser prorrogada. Mas vai depender do entendimento do governo do Estado com o governo federal”, explicou.

O coronel disse que a Força Nacional vai permanecer no Estado até haja uma determinação ministerial para sua saída.

“Esta determinação pode vir, ou não. Isto vai depender das tratativas entre o governo estadual e o Ministério da Justiça e Segu-

rança Pública”, frisou.

Pereira afirmou que a Força Nacional trabalha em parceria com a Polícia Militar, realizando o planejamento integrado atuando preventivamente.

Segundo o coronel, alguns resultados positivos já puderam ser vistos pela sociedade capixaba.

“Contamos com a colaboração da população, participamos da recuperação de veículos roubados e na apreensão de suspeitos de envolvimento em crimes”, exemplificou.

O coronel disse ainda que embora esteja acostumado a atuar em situações críticas, se deparou com uma situação ímpar ao chegar aqui no Estado, no auge da crise da segurança pública.

Lições da greve da PM

A paralisação dos policiais militares do Espírito Santo em fevereiro e a consequente crise na segurança pública nos deixaram várias lições. A primeira lição fica pelo reconhecimento da imprescindibilidade do serviço prestado pela Polícia Militar, um serviço que muitas vezes passava despercebido pela população, mas que foi notado ante a sua ausência durante a crise.

Uma segunda lição é adstrita ao reconhecimento da peculiaridade do serviço do policial militar e a reforma da Previdência. Já escrevi nesta coluna que o serviço do policial militar tem várias peculiaridades que o diferem tanto dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) quanto dos servidores públicos.

E a lição, mesmo dura, foi demonstrada de forma concreta, pois se aos trabalhadores regidos pela CLT não se dá estabilidade no serviço, garante-se o direito constitucional da sindicalização e da greve; a eles também é garantido o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que resguarda uma indenização pela despedida injustificada e ainda pode ser utilizado como parte do pagamento para aquisição da casa própria; esse trabalhador ainda conta com a previsão constitucional da participação nos lucros das empresas, bem como tem o direito à “data base” e aos dissídios trabalhistas que buscam preservar os seus salários. Vejam

que até mesmo as empresas públicas do Espírito Santo tiveram garantidas as suas revisões sobre as perdas inflacionárias por meio de dissídio coletivo.

O que vimos com a paralisação dos PMs é que, de forma objetiva, não é possível a sindicalização e a greve de militares estaduais. Para fazer cumprir a Lei e a Constituição, usa-se dos instrumentos previstos – o Regulamento Disciplinar, o Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar. Houve a instauração de mais de 2 mil procedimentos criminais e administrativos demissionários, o que num movimento grevista de celetistas ou estatutários não teriam esses desdobramentos, mesmo para serviços essenciais como a saúde e a educação.

Por isso é que, ao se falar da reforma da Previdência e militares estaduais, não se quer privilégios (aliás, é sempre bom lembrar que, aqui no Estado, os militares estaduais já passaram por diversas mudanças no sistema previdenciário), mas resta claro que a regra não pode ser a mesma para pessoas ou carreiras distintas, do que se impõe o respeito às peculiaridades do serviço policial militar, observando-se o princípio aristotélico.

Assim, acredito que os ensinamentos que ficarão da paralisação dos PMs inaugurarão uma nova fase na relação entre a sociedade e a Polícia Militar. E que, na análise acurada da reforma previdenciária, levar-se-ão em conta a indispensabilidade da Corporação e se resguardará as peculiaridades da carreira policial militar e tratando de forma justa e equânime aquele que se dedica a servir a sociedade, mesmo com o sacrifício da própria vida.